

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara

5ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998- Santana

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: 1006103-65.2018.8.26.0037

Autor: Willian Manzini Mori

Ré: Santomé Cachaçaria

Juiz de Direito: Dr. Mário Camargo Magano.

Vistos.

Trata-se de ação indenizatória por danos morais ajuizada por Willian Manzini Mori em face de Santomé Cachaçaria.

Alega o autor, em síntese, que, no dia 13/03/2018, quando participava de confraternização realizada no interior do estabelecimento da ré, sofreu agressões físicas por parte de seguranças dela, um deles armado, o que configurou prática de ofensa moral indenizável. Pede, a final, a procedência da ação, condenando-se a ré no pagamento de R\$50.000,00, à guisa de indenização por danos morais.

A ré foi citada e deixou de oferecer contestação, conforme certidão de fls. 27; já escoado o prazo de defesa, ingressou nos autos e pleiteou a produção de prova testemunhal e exibiu documento.

É o relatório.

Decido.

A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, II, do CPC.

Os fatos narrados na inicial, ilustrados com fotografias e reportagem policial, os quais contam ainda com o prestígio dos documentos de fls. 13/17, presumem-se verdadeiros, em razão da revelia da ré, que não refutou, ademais, quando de seu ingresso nos autos, as agressões físicas praticadas pelos seus


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara

5ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998- Santana

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq5cv@tjsp.jus.br

seguranças, de forma covarde, contra o autor.

Não há necessidade nenhuma de abertura da fase instrutória.

O autor foi alvo de agressões físicas, por prepostos da ré, de modo que a responsabilização desta é medida de rigor, nos termos dos arts. 932, III, e 933, do Código Civil, e art. 14 do CDC.

As agressões físicas foram violentas, de acordo com as fotografias e laudo exibidos, e provocaram profunda tristeza ao demandante, que se viu humilhado e escorraçado do estabelecimento da demandada.

A esse respeito:

"RESPONSABILIDADE CIVIL - Imposição, em face do autor, de multa por prática de ato atentatório à dignidade da justiça, em razão dele ter formulado pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita - Afastamento - Necessidade. RESPONSABILIDADE CIVIL Indenização por danos materiais e morais Agressão em show, praticada por seguranças do evento - Responsabilidade solidária de todos os que estejam intervindo na relação de consumo. RESPONSABILIDADE CIVIL Indenização por danos morais - Agressão em show, praticada por seguranças do evento - Indenização fixada em R\$ 20.000,00 - Valor equilibrado e condizente com a dimensão dos fatos - Majoração descabida - Recurso parcialmente provido." (TJ/SP, Apelação nº 0029963-70.2010.8.26.0562, 6ª Câmara de Direito Privado, Rel. José Roberto Furquim Cabella, j. 23/08/2018).

"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - Sentença de parcial procedência Inconformismo do autor - Autor que foi vítima de ofensas verbais e agressões físicas no estabelecimento réu - Autor das ofensas que era segurança do local - Revelia, fatos não contrariados - Estabelecimento que não apresentou a segurança mínima que dele se esperava - Responsabilidade objetiva do prestador de serviços reconhecida - Dano moral configurado - *Quantum* indenizatório devidamente fixado - Indenização mantida em R\$ 5.000,00 - Recurso desprovido." (TJ/SP, Apelação nº 1010245-44.2014.8.26.0590, 6ª Câmara de Direito Privado, Rel. Maria Salete Corrêa Dias, j. 09/08/2018).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara

5ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998- Santana

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq5cv@tjsp.jus.br

"INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS -

Agressões físicas perpetradas por agente de segurança terceirizado de shopping center - Procedência parcial do pedido - Inconformismo da corré - Desacolhimento - Aplicação do disposto no art. 252 do RITJSP - Alegação de ilegitimidade passiva que se confunde com o mérito - Agressões físicas perpetradas por preposto da corré em seu estacionamento que restaram incontroversas - Responsabilidade objetiva configurada - Indenização mantida - Aplicação dos arts. 932, inc. III, e 933 do Código Civil e da Súmula 341 do Supremo Tribunal Federal - Sentença mantida - Recurso desprovido." (TJ/SP, Apelação nº 1010963-61.2016.8.26.0302, 5ª Câmara de Direito Privado, Rel. J.L. Mônaco da Silva, j. 07/08/2018).

Na espécie, fixam-se os danos morais em R\$10.000,00, com correção monetária desde o arbitramento mais juros de mora de 1% ao mês, contados do evento danoso (13/03/2018), sopesados os seguintes fatores: (a) a condição socioeconômica das partes, (b) a gravidade das lesões e (c) o fato de que a indenização arbitrada não pode representar fonte de enriquecimento para a vítima.

Convém consignar que o arbitramento da indenização por danos morais em valor inferior ao postulado não implica sucumbência recíproca (STJ, Súmula 326).

Pelo exposto, julgo procedente a ação para condenar a ré no pagamento da quantia de R\$10.000,00 ao autor, à guisa de danos morais, corrigida desde o arbitramento (STJ, Súmula 362) e acrescida de mora de 1% ao mês, contados do evento danoso (13/03/2018), nos termos do art. 398 do CC e da Súmula 54 do STJ. Condeno-a, ainda, no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor atualizado da condenação.

P.R.I.

Araraquara, 12 de dezembro de 2018.